

Virgílio aponta chantagem contra senadores

Líder do PSDB pede a Sarney que tome "atitudes que levem a Casa ao respeito da opinião pública". 4



Virgílio faz acusações contra ex-diretor-geral do Senado



Sarney garante que o Senado não pagou nenhum mordomo

Sarney diz que age em busca da transparência

Presidente do Senado afirma que manda apurar todas as denúncias e não acoberta ninguém. 5

Crise exige ações rápidas, afirma Cristovam

Senador sugere uma vigília pela Casa e recomenda a Sarney que se licencie do cargo por 60 dias. 5



"É uma questão de sobrevivência da credibilidade da Casa"

Em discussão, o combate à violência nos estádios

A Comissão de Educação pode examinar hoje proposta inspirada na legislação italiana estabelecendo regras contra a violência nos estádios esportivos. Essas normas deverão ser observadas por confederações, federações e clubes. 7

Cotas em universidades públicas voltam ao debate

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado deve votar amanhã projeto que reserva 50% das vagas nas universidades públicas e escolas federais a alunos provenientes de estabelecimentos públicos de ensino. 3

Plenário deve votar benefício fiscal para construtoras

O Senado tem duas medidas provisórias em pauta esta semana. A primeira concede incentivos fiscais para construtoras de imóveis do programa federal de habitação Minha Casa, Minha Vida. Ao mesmo tempo, reduz tributos para fabricação e

importação de motocicletas. A segunda medida provisória abre crédito extraordinário de R\$ 300 milhões em favor do Ministério da Integração Nacional, a fim de socorrer pessoas atingidas por chuvas entre outubro de 2008 e março de 2009. 3



As medidas provisórias têm prioridade para votação na ordem do dia das sessões deliberativas do Plenário do Senado

Senador defende apresentação de proposta para reverter decisão do STF sobre critério para exercício da profissão

Valadares: diploma de jornalista deve ser mais discutido



Para Valadares, fim da exigência causa transtorno, preocupação e frustração

A DECISÃO DO Supremo Tribunal Federal (STF) que revogou a exigência de diploma para o exercício da profissão de jornalista foi criticada por Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). O senador defendeu a elaboração de uma norma legislativa capaz de reverter a medida.

Na avaliação de Valadares, é necessário que o assunto seja debatido no Senado com a par-

ticipação de representantes do Judiciário, jornalistas, estudantes de Comunicação Social e empresários do setor.

– Se a saída for uma PEC, já tenho uma pronta para debater.

No último dia 17, por oito votos a um, o STF considerou que as exigências contidas no Decreto-Lei 972/69, que regulamenta a exigência do diploma, ferem a liberdade de imprensa e contrariam o direito de livre manifestação do pensamento assegurado pela Constituição.

Valadares disse que, em que pese o respeito que tem pelas decisões do Supremo, o fim da exigência do diploma está causando “transtorno, preocupação e muita frustração”, sobretudo entre aqueles que exercem o jornalismo nas regiões mais pobres do país, “onde a atividade é menos valorizada e mais sujeita às pressões do poder econômico”.

Em aparte, João Pedro (PT-AM) considerou a decisão do STF “um retrocesso” para o jornalismo.

Valter Pereira quer responsabilizar donos pelos ataques de cães

Valter Pereira (PMDB-MS) pediu pressa para a votação de projeto de sua autoria que responsabiliza criminal e civilmente os responsáveis por cães de guarda perigosos que atacam pessoas.

O senador lamentou a morte de uma menina de 10 anos, em Brasília, na semana passada, atacada por um cão da raça rottweiler que pertencia à família da criança.

O projeto (PLS 300/08) tipifica como crime a circulação, sem focinheira ou coleira, dos cães das raças rottweiler, fila, pastor alemão, mastim, doberman, pit bull, schnauzer gigante, akita, boxer, bullmastiff, cane corso, dogue argentino, dogue de Bordeaux, grande Pirineus, komador e mastiff. Também proíbe que sejam reproduzidos no país cães pit bull. Os donos de cães



Valter Pereira propõe que seja crime a circulação de 16 raças sem coleira

que atacam pessoas poderão ser condenados a prisão, além de serem obrigados a pagar indenizações às vítimas.

O senador informou que Gim Argello (PTB-DF), relator do seu projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), já apresentou o seu relatório, o que abre caminho para a votação.

João Pedro: festival de Parintins receberá cuidados extras este ano

A realização, no próximo fim de semana, do 44º Festival Folclórico de Parintins foi anunciada por João Pedro (PT-AM). O senador ressaltou que trata-se de uma festa popular, tradicional e histórica que retrata a vida cabocla da Amazônia e tem o seu ponto alto nos bois Garantido e Caprichoso

– É uma festa que envolve milhões de pessoas, e um momento de alegria da população, que se envolve na sua organização e tem orgulho de realizá-la.

João Pedro disse que, devido à

sua dimensão, a festa conta com vários patrocinadores e envolve os governos federal, estadual e municipal.

O senador assinalou que este ano será necessária a adoção de cuidados extras, devido à enchente dos rios Amazonas e Negro. Ele informou que remeteu ofícios à Infraero e à Capitania da Amazônia Ocidental para que sejam tomadas providências com o objetivo de garantir a segurança dos participantes da festa. “Não cabe amadorismo nisso”, disse.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Medida provisória do programa Minha Casa, Minha Vida tranca pauta do Plenário

Às 14h a sessão é deliberativa. A pauta está trancada pelo projeto de lei de conversão que trata do Programa Minha Casa, Minha Vida e atribui à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) as funções de apurar, constituir, fiscalizar e arrecadar a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, entre outras medidas (PLV 12, proveniente da Medida Provisória 460/09).

Sarney reúne-se com membros da Mesa

O presidente do Senado Federal, José Sarney, preside às 16h a ordem do dia e às 17h realiza, na Sala de Audiências, reunião da Mesa diretora.

Regulamentação do uso de cartão

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) promove, às 10h, audiência pública para debater questões administrativas e regulamentação do uso de cartões de crédito. O vice-presidente de Cartões e Novos Negócios de Varejo do Banco do Brasil, Paulo Rogério Caffarelli, e o coordenador-geral de Comunicação e Mídia do Ministério da Fazenda, Marcelo Ramos, estão entre os convidados.



J. Freilins

Impacto ambiental da Copa de 2014

Às 11h30, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) se reúne para analisar projeto que estabelece a obrigatoriedade da neutralização de emissões de gases de efeito estufa decorrentes de atividades de preparação e realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Entre os 15 itens da pauta, está o que proíbe as empresas de cartões de crédito a autorizarem transações relacionadas com jogos de azar e pornografia infantil via internet.

Mudanças Climáticas

Audiência para discutir o impacto das alterações do clima sobre as áreas urbanas será realizada pela Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, às 14h30. Participam do debate, entre outros, Paulo Ziulkoski, presidente da Confederação Nacional de Municípios, e Ivone Valente, secretária-geral da Secretaria Nacional de Defesa Civil.

Situação dos frigoríficos em debate

A situação dos frigoríficos do país será tema de audiência na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), às 9h30. O debate deverá contar com a participação do diretor do Greenpeace no Brasil, Marcelo Furtado; dos procuradores da República no Pará José Augusto Torres Potiguar e Geraldo de Mendonça Rocha; da presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil, senadora Kátia Abreu; e do presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne, Roberto Giannetti da Fonseca.



Márcio Kallume

Exposição e palestras comemoram Dia Olímpico e Dia Nacional do Esporte

A exposição *Time Brasil em Pequim 2008*, que comemora o Dia Olímpico e o Dia Nacional do Esporte, tem início às 14h, no Salão Branco do Senado. O evento de abertura contará com a participação dos atletas Giovane Gávio, do voleibol, o mesatenista Hugo Hoyama e Hortência Marcari, do basquete, entre outros. O evento

é uma parceria do Comitê Olímpico Brasileiro, Senado Cultural e Serviço Social do Comércio (Sesc). A mostra poderá ser visitada até 7 de julho. Logo após, no Auditório Petrônio Portella, ainda em comemoração ao Dia Olímpico e ao Dia Nacional do Esporte, serão proferidas palestras e exibidos três vídeos.

Lei Rouanet para técnico de audiovisual

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) tem reunião às 11h para analisar proposta que acrescenta dispositivo à Lei Rouanet (8.313/91) para incluir os projetos de aprimoramento profissional para áreas do audiovisual entre os beneficiários do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). A CE examina ainda oito projetos que autorizam a criação de instituições de ensino técnico, como a Escola Técnica Federal de Navegação Interior, no Tocantins, e a Escola Técnica Federal de Ibaiti, no Paraná. O primeiro item da pauta dispõe sobre medidas de prevenção e repressão à violência em competições esportivas (Lei 10.671/03).



José Cruz

MP em pauta garante regime especial de tributação para investimentos em construções de até R\$ 60 mil do programa Minha Casa, Minha Vida

Plenário vota benefício fiscal para construtoras

MEDIDA PROVISÓRIA QUE concede benefícios fiscais para construtoras de imóveis do programa Minha Casa, Minha Vida tranca a pauta do Plenário e, portanto, tem prioridade nas votações da sessão deliberativa de hoje, às 14h. A MP também reduz tributos para a fabricação e importação de motocicletas.

Transformada no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 12/09, a Medida Provisória 460/09 aumenta a tributação sobre o cigarro, com objetivo de combater o tabagismo e compensar a renúncia fiscal decorrente da redução de impostos contida na medida.

Uma das mudanças feitas pela Câmara dos Deputados na medida provisória estendeu os benefícios tributários destinados ao programa Minha Casa, Minha Vida às obras contratadas a partir de 31 de março de 2009. Pelo texto original do Executivo, seriam favorecidas somente obras já iniciadas naquela data. Esse benefício é destinado a construções de até R\$ 60 mil – conforme prevê a MP 459/09, que dispõe sobre o programa – e vale até 31 de dezembro de 2013.

Para cada incorporação submetida ao regime especial de



Medida provisória a ser analisada pelos senadores também aumenta impostos sobre o cigarro e zera Cofins de motocicletas

tributação, a empresa ficará sujeita a pagar o equivalente a 6% da receita mensal recebida, que corresponderá ao pagamento mensal unificado dos impostos e das contribuições.

O percentual correspondente ao pagamento unificado dos tributos para os projetos de incorporação de imóveis residenciais do programa Minha Casa, Minha Vida será equivalente a 1% da receita mensal recebida. Nesse pagamento único, estão incluídos Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), PIS/Pasep, Contribuição para o Financia-

mento da Seguridade Social (Cofins) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Com objetivo de incentivar a fabricação e a importação de motocicletas, a MP reduz de 3% para zero a alíquota da Cofins sobre a receita bruta da venda, no mercado interno, de motocicletas de cilindrada inferior ou igual a 150. Esse benefício vale para os meses de abril a junho de 2009.

Cigarros

O único aumento de tributos contido na MP recai sobre o ci-

garro, cujo índice a ser aplicado pelos fabricantes sobre o preço de varejo para encontrar a base de cálculo da Cofins passa de 169% para 291,69%. Quanto à base de cálculo da contribuição para o PIS/Pasep, o coeficiente multiplicador passa de 1,98 para 3,42, o que representa aumento de 72%. Esses novos tributos do cigarro valem a partir de 1º de julho de 2009.

A medida provisória também concede às pessoas com deficiência isenção do PIS/Pasep e da Cofins na compra de bens como cadeira de rodas, próteses, entre

outros. No mesmo sentido, as pessoas com deficiência auditiva com perda mínima de 41 decibéis nos dois ouvidos também poderão comprar carro novo com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), cujo benefício já existe para aqueles que têm deficiência física, visual e mental.

A mesma medida provisória concede ainda à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) competência para atuar sobre tributação e arrecadação da contribuição para fomento da radiodifusão pública.

Enchentes

Segundo item da pauta do Plenário, a Medida Provisória 461/09 abre crédito extraordinário para o Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 300 milhões, a fim de prestar socorro e assistência às pessoas atingidas pelas chuvas e enchentes ocorridas entre outubro de 2008 e março de 2009 em diversos estados.

Os recursos pretendidos pelo governo com a MP também serão usados para atender à operação "carro-pipa" em municípios do semiárido que padecem da falta de água para consumo humano.

Reserva de vagas para pessoas com deficiência

A reserva de vagas no funcionalismo e no ensino público para pessoas com deficiência será debatida na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na quinta-feira. A novidade faz parte de projeto de lei do senador José Sarney (PMDB-AP) que busca aperfeiçoar a legislação de proteção aos direitos das pessoas com deficiência – que são 14,5% da população brasileira, de acordo com o Censo de 2000. A iniciativa do debate foi dos senadores Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

A proposta (PLS 112/06) altera a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Lei 7.853/89) a fim de reservar, para essa parcela da população, pelo menos 3% do total de cargos e empregos públicos, num prazo de dez anos. Também reserva 5% das vagas em todo o ensino público – do nível fundamental ao superior. A relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO), propõe a exclusão do ensino fundamental porque a oferta de vagas nesse nível já é obrigatória a todos os brasileiros.

Para a audiência pública, foram convidados a presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), Denise Granja; a responsável pela Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência (Corde), Izabel Maior; e o coordenador da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, Marco Pellegrini, além das representantes do Centro de Vida Independente, Flávia Vital; e da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência (Ampid), Maria Aparecida Gugel.



Proposta que a Comissão de Justiça deve votar amanhã também trata de vagas em escolas técnicas

Cotas em universidades públicas: projeto volta à pauta da CCJ

A reserva de 50% das vagas das universidades públicas e das escolas federais de ensino técnico aos alunos provenientes da escola pública está prevista em projeto que pode ser votado amanhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto de lei da Câmara (PLC 180/08) retorna à pauta da comissão após ter estado em discussão em maio. A proposta tramita em conjunto com outros três projetos do Senado e estabelece que, para ingressar na universidade por esse sistema de cota, os alunos deverão ter cursado o ensino médio integralmente nas escolas públicas. No caso das escolas técnicas, deverão ter cursado o ensino fundamental integralmente em escola pública. A medida também determina que metade dessa cota seja reservada para alunos oriundos de famílias com renda de até um salário mínimo e meio *per capita*.

Com relatório favorável da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), o projeto estabelece ainda que as vagas reservadas aos alunos egressos da escola pública

sejam preenchidas por estudantes negros, pardos e indígenas na proporção de cada segmento na população do estado (e Distrito Federal) onde está localizada a instituição de ensino.

A CCJ poderá analisar ainda voto em separado do senador Marconi Perillo (PSDB-GO) propondo um substitutivo ao projeto. Ele sugere que a reserva de vagas para as universidades federais e escolas técnicas seja garantida por 12 anos nas seguintes proporções: 40% das vagas nos primeiros quatro anos, 30% nos quatro anos seguintes e outras 20% nos últimos quatro anos.

Pelo projeto de Marconi, as vagas do ensino superior serão destinadas aos estudantes que tenham cursado os quatro últimos anos de ensino fundamental e todo o ensino médio em escolas públicas.

Para debater o tema, a CCJ realizou três audiências. Após votação nessa comissão, a proposta ainda será analisada pelas comissões de Direitos Humanos e de Educação, antes de seguir para votação em Plenário.

Projeto permite à iniciativa popular a criação de CPI

Comissões parlamentares de inquérito (CPI) poderão ser criadas a partir de iniciativa popular, conforme proposta de emenda à Constituição (PEC) em exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Pelo texto, a petição para criação de CPI de iniciativa popular deverá ser assinada por eleitores que representem 0,5% dos que votaram no último pleito e endereçada ao Senado ou à Câmara dos Deputados.

A proposta (PEC 1/08) de Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) deverá ser votada na reunião de quinta-feira da CCJ. Conforme observa o senador, os conflitos existentes entre governo e oposição nem sempre refletem os interesses da população, que pode, por exemplo, querer a apuração de um determinado fato, acima de conveniências políticas, partidárias ou ideológicas. A matéria recebeu voto favorável do relator, Jayme Campos (DEM-MT).

Eleições

Entre as 18 proposições que constam na pauta da reunião da CCJ, está ainda a PEC 38/06, de Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que separa as eleições nacionais dos demais pleitos. Para o senador, a não coincidência de eleições nacionais e regionais tornaria os debates mais bem aproveitados. Conforme sugere Azeredo, temas nacionais seriam discutidos à época da eleição para presidente da República, do Senado e da Câmara dos Deputados; e temas regionais, quando das eleições para governador, prefeito, deputado estadual e vereador. O relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), é favorável à aprovação do projeto.

Senador pelo Amazonas conclama o presidente da Casa a tomar providências que resgatem o respeito da instituição junto à opinião pública. José Sarney lembra as medidas já adotadas e comunica ao Plenário que página na internet, a ser inaugurada hoje, mostrará a movimentação financeira da instituição

Arthur Virgílio acusa ex-diretor de chantagear senadores



Senador faz críticas aos ex-diretores Agaciel e Zoghbi e pede a demissão deles

EM UM DISCURSO que durou mais de duas horas, com dez apartes, Arthur Virgílio (PSDB-AM) acusou Agaciel Maia, ex-diretor-geral do Senado, de chantagear senadores com a divulgação de informações que podem comprometê-los. Segundo Virgílio, Agaciel levou consigo, ao pedir demissão, arquivos de computadores onde estariam registros de pedidos feitos por senadores ao longo dos últimos anos, os quais agora são passados à imprensa para intimidar os parlamentares.

O senador chamou Agaciel Maia e João Carlos Zoghbi (ex-diretor de Recursos Humanos) de "ladrões" e prometeu lutar para que eles sejam demitidos e presos, e não "apenas aposentados". Para Virgílio, "se houver senadores faltosos por trás deles", devem ser denunciados ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para um possível processo de punição.

– Agaciel não faria essas coisas sozinho – opinou.

Os chamados atos secretos que

vêm sendo denunciados pela imprensa, de acordo com o senador, "existiram mesmo", e eles serão conhecidos com a divulgação do resultado do levantamento feito por uma comissão de servidores. Arthur Virgílio disse temer que o ex-diretor-geral tenha incluído nos atos secretos "alguma decisão que envolva algum senador, mesmo que o senador não saiba de nada". Seriam atos para "futura chantagem", pois "Agaciel tem mestrado como chantagista", tudo "para aumentar o seu poder".

O senador conclamou o presidente da Casa, José Sarney, a "romper quaisquer laços com esta camarilha" e a "tomar atitudes que levem o Senado ao respeito da opinião pública outra vez". Disse entender que, caso Sarney não dê mostras de que tomará tais medidas, ele "perderá as condições de

Virgílio afirma que atos secretos existiram e serão conhecidos com anúncio de comissão

governar a Casa".

Virgílio informou ter recebido telefonemas de jornalistas que perguntaram sobre a veracidade de informações que mencionavam gastos do Senado com sua mãe doente, sobre gastos com uma viagem a Paris, com a família, ou sobre um assessor contratado para trabalhar em Manaus. afirmou ter percebido que se tratava de informações deturpadas ou falsas passadas por pessoas ligadas ao ex-diretor Agaciel Maia, na tentativa de intimidá-lo.

– Essa camarilha está desesperada. Eles estão perdendo muito, não apenas o salário ou a aposentadoria: estão perdendo os contratos superfaturados, as licitações fraudulentas. Estão perdendo e vão perder a capacidade de enriquecer ilícitamente, como enriqueceram ilícitamente às custas do Senado – sustentou.

Parlamentares exigem apuração rigorosa e punição



Simon defende uma profunda reforma administrativa na Casa

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) confirmou ontem que "jogaram suspeitas" sobre a transferência de sua mulher, Gladys Pessoa Vasconcelos Buarque, da Câmara dos Deputados para a liderança do PDT no Senado. Segundo o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), as ameaças a Cristovam estão relacionadas à pressão de um grupo de senadores pela apuração de denúncias de corrupção contra o ex-diretor-geral Agaciel Maia.

Conforme Cristovam, Gladys, que é funcionária da Câmara há 26 anos, atendeu a convite do então senador Jefferson Péres (PDT-AM), já falecido, para trabalhar na liderança do partido, mas não aceitou, ao descobrir que teria de receber uma gratificação.

– Eu não tenho rabo preso – advertiu Cristovam.

Por sua vez, Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que não foi chantageado nem ameaçado por fazer parte do grupo que propõe um pacote administrativo, inclusive com a exoneração do atual diretor-geral do Senado, Alexandre Gazinéo. O senador apoiou a apuração das denúncias e a rigorosa punição dos culpados, além de uma profunda reforma administrativa da Casa.

O senador gaúcho se dirigiu especialmente ao presidente do Senado, José Sarney, e cobrou uma atitude em relação a Agaciel, lembrando que o ex-diretor chegou ao cargo na primeira gestão de Sarney, e por ele foi reconduzido duas vezes.

– Estão querendo ganhar tempo, empurrando com a barriga, para ver se uma outra crise encubra a que estamos vivendo. Mas se enganam, porque esta crise veio para ficar – alertou Simon.

O líder do DEM, José Agripino (RN),

pediu uma ampla apuração para punição dos responsáveis pelos desmandos administrativos, de modo que o Senado supere a atual crise.

– Não dá para viver sob suspeição – disse.

Na opinião de João Pedro (PT-AM), o uso de chantagem é inaceitável, especialmente num regime democrático, o que tem de levar à demissão de Agaciel Maia e do ex-diretor de Recursos Humanos João Carlos Zoghbi. O parlamentar exigiu também a auditoria de "contratos mal explicados". Jefferson Praia (PDT-AM) dividiu a crise em dois aspectos: o dos erros administrativos e o de ações corruptas, e apoiou o discurso de Arthur Virgílio.

"Arma dos fracassados"
Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Alvaro Dias (PSDB-PR), Papaléo Paes (PSDB-AP), Mário Couto (PSDB-PA) e Mão Santa (PMDB-PI) também declararam solidariedade a Arthur Virgílio. Valadares afirmou que a "ameaça é a arma dos fracassados", em referência às chantagens que alguns senadores estariam sofrendo. Ele lembrou Rui Barbosa para afirmar que "fora da lei não há salvação" e disse que, embora o Senado viva um momento difícil, os senadores deveriam aproveitar a crise para aumentar a transparência dos atos da Casa. Valadares também apoiou a criação do Portal da Transparência do Senado Federal e disse que todos os envolvidos em irregularidades merecem "os rigores da lei".

Alvaro Dias classificou a atual crise do Senado de "momento vexaminoso e humilhante" e disse duvidar que qualquer outra instituição conseguisse resistir "a essa devassa que vem sofrendo". Ele argumentou que os chamados atos secretos seriam nulos, de acordo com o artigo 37 da Constituição, ou seja, não teriam cumprido o princípio constitucional da publicidade dos atos públicos.

Papaléo Paes reclamou da denominação "atos secretos", que, na opinião dele, não reflete a verdade: – Talvez os atos secretos sejam os não publicados na intranet do Senado, porque todas as ações da Casa são publicadas no *Diário Oficial* do Senado. Então, se o que foi publicado só na intranet, aliás, no Boletim de Pessoal ou no Boletim Administrativo, for ato secreto, então não tem ninguém aqui nomeado de maneira correta. Parece-me que estão chamando assim aqueles atos que não foram para a intranet. Eles ficaram diferentes dos outros, mas todo procedimento legal foi feito – comentou.

Risco à democracia

Mário Couto afirmou que as pessoas que ficam muito tempo em cargos públicos importantes acabam viciadas, o que teria acontecido com o ex-diretor Agaciel Maia, que esteve à frente do cargo por 15 anos. O senador disse confiar no presidente Sarney para a superação da crise, e defendeu punição a Agaciel e a João Carlos Zoghbi.

– Dois diretores pondo em xeque, pondo em risco a democracia de um país! – exclamou Mário Couto.

E o senador Mão Santa também lembrou Rui Barbosa para afirmar que uma "praga difamatória" paira sobre o Senado Federal. Ele afirmou que as instituições democráticas brasileiras estão consolidadas e disse que até a Igreja Católica já cometeu muitos erros.



"Não dá para viver sob suspeição", afirma José Agripino



João Pedro: "Uso de chantagem é inexplicável"

Sarney anuncia portal para dar transparência a gastos

O PRESIDENTE DO SENADO, José Sarney, anunciou em Plenário que estará disponível na internet, a partir de hoje, o Portal da Transparência da Casa, que centralizará as informações relativas às movimentações financeiras da instituição. Estarão disponíveis os termos das licitações e dos contratos para fornecimento de material permanente e serviços. Também será possível, a qualquer pessoa, consultar os gastos dos senadores com a verba indenizatória, bem como acompanhar a execução financeira-orçamentária do Senado, com dados do Siga Brasil no que se refere ao Orçamento da União.

Em resposta a Arthur Virgílio, que cobrou medidas moralizadoras, Sarney lembrou que foi o primeiro a propor uma reforma administrativa do Senado, em seu discurso de posse. Ressaltou que, desde que assumiu a Presidência da Casa, or-

denou a realização de auditoria nos contratos de compras e prestação de serviços. Determinou ainda a realização de auditoria externa na folha de pagamentos.

– Estamos na presidência do Senado há apenas quatro meses. Como vossas excelências, eu tam-

bém julguei que tivesse sido eleito para presidir politicamente esta Casa, e não para ficar submetido a procurar a despesa ou a limpar o lixo das cozinhas.

Em relação às denúncias envolvendo a instituição, José Sarney ressaltou que, em sua vida, nunca foi acusado de obter qualquer pessoa, por maior que possa ser sua ligação pessoal. E lembrou que, tão logo assumiu a Presidência e surgiram denúncias contra o então diretor-geral, Agaciel da Silva Maia, o exonerou do cargo. Disse que agiu da mesma maneira em relação ao então diretor de

"Eu julguei que tivesse sido eleito não para procurar a despesa ou limpar o lixo das cozinhas"

Recursos Humanos, João Carlos Zoghbi, que, após inquirido da Polícia do Senado, com a assistência de um procurador da República, também foi indiciado. Concluído em tempo recorde, o inquérito foi enviado ao Ministério Público.

Quanto aos atos administrativos não publicados, o presidente do Senado destacou ter mandado criar comissão de sindicância após denúncias do servidor Franklin Paes Landim, que disse ter recebido ordens para não publicar alguns dos documentos.

Sarney também contestou a denúncia de que a governadora do Maranhão, Roseana Sarney, manteria em sua residência em Brasília um mordomo pago pelo Senado. Segundo o presidente, a Casa nunca pagou a nenhum mordomo. E a ex-senadora Roseana Sarney, informou, não tem mordomo. O funcionário, explicou, é motorista do Senado há 25 anos e já trabalhou para os ex-senadores Alexandre Costa e Lourival Batista.



Sarney afirma que foi o primeiro a propor uma reforma administrativa na Casa

Cristovam sugere licença por 60 dias

Cristovam Buarque (PDT-DF) sugeriu ontem, da tribuna, que o presidente do Senado, José Sarney, se licencie do cargo por um período de 60 dias a fim de que o vice-presidente da Casa, Marconi Perillo (PSDB-GO), adote as medidas necessárias para a resolução dos problemas administrativos enfrentados pela instituição.

Na avaliação de Cristovam, Sarney tem atuado de maneira lenta no enfrentamento da crise, não correspondendo às expectativas da sociedade.

– É uma questão da sobrevivência da credibilidade desta Casa. Nós temos de nos apressar. Não dá para encontrar o caminho na velocidade que o presidente Sarney tem como hábito. É até elogiável, do ponto de vista da sua tolerância, mas não dá. Nós precisamos de uma velocidade maior no enfrentamento dos problemas, no encaminhamento de soluções – advertiu.

por representar uma "visão nova", teria condições de impor mais celeridade ao processo de modernização da Casa.

O senador pelo Distrito Federal sugeriu ainda a realização, no Plenário da Casa, de uma audiência pública em que representantes da sociedade civil organizada possam apresentar propostas visando à modernização administrativa do Senado.

– Chamemos a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Chamemos alguns jornalistas para que venham dizer aqui o que hoje se pensa, nas ruas, do Senado, para que venham fazer aqui as denúncias que eles têm colocado pela imprensa.

Em apartes, vários senadores comentaram o pronunciamento de Cristovam. Papaléo Paes (PSDB-AP) criticou a sugestão de realização de audiência pública para discutir os problemas da Casa, por considerar que tal tema deve ficar a cargo, sobretudo, de especialistas em administração, que teriam, em sua opinião, melhores condições de propor soluções adequadas.

Celeridade

Chamando a atenção para o fato de sua proposta tratar-se apenas de uma sugestão, Cristovam disse que Marconi Perillo,



Cristovam propõe uma audiência pública no Plenário

Código de TRÂNSITO BRASILEIRO

"Eu estava correndo e pensei: pô, por que estou sem cinto de segurança? Naquela adrenalina, fui lá e coloquei o cinto. Questão de 15 segundos depois, sofri o acidente. Senti a importância do Código de Trânsito na pele. Fui salvo pelo cinto"

Nelson Dantas, 23 anos publicitário

Mudou para você, mudou para o Brasil. O Congresso faz parte da sua história.

CONGRESSO NACIONAL

Denúncias sobre atos administrativos do Senado estariam, na opinião do parlamentar, servindo aos interesses dos que desejam evitar investigações na estatal do petróleo

Papaléo: governo usa crise para impedir CPI da Petrobras

PAPALÉO PAES (PSDB-AP) afirmou que o governo federal está usando a crise que atingiu a instituição para fazer chantagem e impedir a instalação da CPI da Petrobras. Ele também lamentou que senadores preferiram ocupar a tribuna para opinar sobre possíveis soluções como forma de encobrir seus próprios erros.

– Não podemos deixar o Senado se envolver nessa politicagem barata, essa é uma instituição séria: a cara do Senado é a cara dos 81 senadores – disse.

Papaléo Paes classificou como “palpite simplesmente ridículo” a sugestão de divulgar os salários de todos os servidores da Casa. Previu que essa informação tornada pública poderá ser utilizada por quadrilhas que cometem sequestros relâmpagos, além de provocar constrangimentos e desconforto entre os funcionários de um mesmo setor.

Na avaliação do parlamentar, o Senado deve aguardar a divulgação dos diagnósticos sobre



Papaléo ainda elogiou projeto que pode prevenir acidentes em barcos

os problemas administrativos da Casa que estão sendo feitos e, a partir de sua conclusão, adotar as medidas que forem necessárias e punir os responsáveis de terem cometido supostas irregularidades.

Escalpelamento

Outro assunto abordado pelo senador no mesmo discurso foi a aprovação pelo Senado, na semana passada, do Projeto de Lei da Câmara 109/08, da deputada

Janete Capiberibe (PSB-AP), que obriga o uso de proteção no motor, eixo e partes móveis das embarcações, em especial as fluviais. O objetivo é proteger os passageiros e tripulantes do risco de acidentes.

Segundo Papaléo, moradores da região Norte, em especial as populações ribeirinhas, enfrentam há muito tempo o problema do escalpelamento, que é o arrancamento brusco, parcial ou total, do couro cabeludo. Papaléo informou que isso ocorre quando as vítimas se aproximam do motor ou das hélices de embarcações que não dispõem da proteção que o projeto agora tornou obrigatória.

– A forte rotação ininterrupta do motor enrola os cabelos em torno do eixo e arranca todo ou parte do couro cabeludo, sobrancelhas, uma enorme parte da pele do rosto e do pescoço. O escalpelamento leva a deformações graves, traumas psicológicos e até à morte. Resumidamente, é uma tortura – explicou.

Alvaro Dias condena declaração de Berzoini sobre senadores

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse ontem que a “frustração absoluta” do presidente do PT, Ricardo Berzoini, com o fracasso do protesto organizado pelo partido em São Paulo, contra a instalação da CPI da Petrobras, levou-o a taxar de “salafrários” aqueles que defendem a investigação.

Salafrário, afirmou Alvaro, é um adjetivo que se aplica melhor a corruptos, desonestos ou àqueles que defendem a corrupção e a desonestidade e com ela são complacentes, coniventes, cúmplices, partícipes ou beneficiários.

– Salafrários são os aloprados, assim denominados pelo presidente Lula – afirmou.

Alvaro Dias lembrou que quando a Polícia Federal flagrou e prendeu petistas envolvidos na confecção, venda e compra de um dossiê falso contra os candidatos do PSDB à Presidência da República e ao governo de São Paulo, o presidente

responsabilizou “por inteiro” o presidente nacional do PT, Ricardo Berzoini, pelo episódio. Alvaro destacou que, à época, Lula afirmou que Berzoini havia escolhido a equipe de coordenação de sua campanha eleitoral.

O senador assinalou que Berzoini ainda não esclareceu a origem do dinheiro que foi utilizado na compra do falso dossiê, um total de US\$ 1,9 milhão apreendido pela Polícia Federal. Na avaliação do parlamentar, o presidente do PT não tem autoridade política e moral para definir “salafrários”.

Ele acrescentou que, caso fosse tão irresponsável quanto Berzoini, poderia classificar como salafrários os gestores da Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo (Bancoop), entidade fundada pelo presidente do PT e acusada de lesar milhares de trabalhadores, que jamais receberam seus imóveis, e foi acusada pelo Ministério Público de ter perfil de



Alvaro rebate presidente do PT: “Salafrários são os aloprados”

organização criminosa.

Alvaro Dias também alertou para a articulação de alguns parlamentares com o objetivo de “neutralizar” o Tribunal de Contas da União (TCU). Ele salientou que, há poucos dias, o presidente Lula disse que era necessário prosseguir com as obras consideradas superfaturadas e que foram paralisadas pela fiscalização do TCU.

– É a consagração da imoralidade na administração pública. O presidente da República não pode proclamar a imoralidade, estimulando a corrupção no país – afirmou.

Mão Santa volta a defender investigação sobre estatal

Mão Santa (PMDB-PI) voltou a defender ontem a instalação e o pleno funcionamento da CPI da Petrobras, por entender que as denúncias contra a administração da estatal são contundentes. Na avaliação do senador, a demissão, por justa causa, do gerente Geovane de Moraes, acusado de desviar recursos da empresa, é o exemplo mais recente de que há um grave descontrole administrativo na companhia.

Segundo matéria do jornal *Folha de S. Paulo* de ontem, Moraes estourou em quatro vezes o orçamento de sua área (Comunicação do Abastecimento) em 2008, ano de eleições municipais. Ele gastou R\$ 120 milhões a mais do que o orçado e entre as empresas beneficiadas estariam duas produtoras de vídeo contratadas para a campanha do governador Jaques Wagner



Mão Santa: denúncia de desvio na área de Comunicação do Abastecimento

(PT-BA) e de duas prefeitas do PT. Conforme o jornal, as produtoras teriam recebido R\$ 4 milhões em 2008. Desse total, R\$ 1,5 milhão custeou a filmagem de festas de São João e de carnaval na Bahia. O orçamento de Moraes para o ano passado era de R\$ 31 milhões, mas os pagamentos atingiram R\$ 151 milhões.

Mário Couto acusa governadora Ana Júlia Carepa de má gestão

Mário Couto (PSDB-PA) criticou em Plenário a governadora de seu estado, Ana Júlia Carepa, pelo agravamento, em sua avaliação, dos problemas em várias áreas da administração do Pará, como segurança pública, saúde e educação.

Na área de saúde pública, o senador lamentou a possibilidade de fechamento do Hospital Ophir Loyola, entidade especializada no tratamento de câncer, pela falta de repasse de recursos pelo governo do estado. Ele também censurou a governadora por não concluir as obras de três hospitais públicos iniciadas no governo anterior.

Protestando contra o recrudescimento da violência urbana em Belém e em várias cidades do interior do Pará, Mário Couto criticou Ana Júlia Carepa por não fornecer os equipamentos mínimos para que a Polícia Militar do estado possa atuar de maneira adequada no combate ao crime.

– Em Mocajuba, por exemplo, o prefeito pediu autorização da Câmara Municipal e criou uma guarda municipal capaz de, pelo menos, manter a ordem na cidade e intimidar a ação dos bandidos. O prefeito de Goianésia do Pará comprou viaturas e armas para a Polícia Militar – informou.

Mário Couto acrescentou que Ana Júlia Carepa não está



Senador afirma que problemas no Pará se agravam em várias áreas

dando continuidade a vários projetos importantes voltados para o aprimoramento da infraestrutura turística da região, iniciados pelos governos anteriores do PSDB. O parlamentar lamentou que os projetos das administrações passadas não tenham sido consolidados pela atual governadora, acrescentando que sua implantação permitiria que Belém ocupasse uma posição privilegiada no cenário do turismo nacional e internacional.

Aposentados

Mário Couto defendeu ainda a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que concede aos beneficiários da Previdência o mesmo índice de reajuste do salário mínimo. Em aparte, Alvaro Dias (PSDB-PA) apoiou o pronunciamento.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • João Pedro • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lucia Romero Novelli
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Valter Gonçalves Júnior e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Projeto estimula construções urbanas mais ecológicas

Projeto que visa estimular, nas edificações urbanas, a preservação dos recursos naturais será analisado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), em caráter terminativo.

O substitutivo do relator Marconi Perillo (PSDB-GO) a proposta (PLS 183/08) de Pedro Simon (PMDB-RS) altera o Estatuto da Cidade – Lei 10.257/01 – para exigir a adoção, nas construções urbanas, da utilização de sistemas de captação de águas pluviais, bem como da reutilização das águas de pias e banheiros para o sistema de esgoto sanitário. O projeto propõe também a implementação da medição individualizada do consumo de água e a integração dos sistemas de coleta de resíduos sólidos aos serviços de saneamento básico.

Marconi explicou que fez no projeto um ajuste de redação, deslocando a alteração proposta do artigo 40 para o 2º do estatuto, de modo a conferir caráter compulsório às medidas propostas, visto que o artigo 2º da referida lei estabelece as diretrizes a serem obrigatoriamente observadas pelos municípios na execução da política de desenvolvimento urbano.

Na justificativa de sua proposta, Simon alerta para a necessidade da adoção urgente de práticas sustentáveis de desenvolvimento. “Tendo por base o consumo de energia *per capita* atual, se China e Índia, por exemplo, alcançarem a inclusão de 70% de suas populações, não é difícil calcular que precisaríamos de seis planetas Terra para suprir as demandas de água, comida, energia, metais e minerais, além do controle da poluição e do lixo produzidos”, diz Simon.

Equipamentos e usucapião

A comissão examina ainda, na mesma reunião, o PLS 183/09, que disciplina a implantação de equipamentos urbanos, assim consideradas as redes de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, energia elétrica, drenagem de águas pluviais, iluminação pública, telecomunicações e gás canalizado. O projeto foi proposto pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decorrência do relatório final da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios.

Outra matéria a ser apreciada pelo colegiado é o PLS 49/09, de Demostenes Torres (DEM-GO), que estabelece a legitimidade do Ministério Público para propor a ação de usucapião especial urbana. O projeto assegura à população de baixa renda o direito à moradia, uma vez que a ação de usucapião coletiva permite a regularização fundiária de áreas urbanas ocupadas por população de baixa renda por cinco anos ininterruptamente e sem oposição.



Ideli, presidente da comissão mista, requereu o debate

Audiência discute impacto do clima em áreas urbanas

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas se reúne às 14h30 para discutir o impacto do aquecimento global sobre as áreas urbanas no país. A senadora Ideli Salvatti (PT-SC), que preside a comissão, é a autora do requerimento para a realização da audiência pública.

A comissão já realizou audiências sobre os impactos das mudanças climáticas na matriz energética brasileira e na economia. Discutiu com representantes de ministérios o Plano Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC) e os possíveis cenários do aquecimento climático no Brasil.

Criou também um grupo de trabalho sobre a utilização de energias renováveis em projetos da Copa do Mundo de 2014, a ser sediada no Brasil.

Foram convidados para debater o assunto hoje a secretária-geral da Secretaria Nacional de Defesa Civil, Ivone Valente; o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Roberto Ziulkoski; e ainda um representante do Ministério das Cidades.

Comissão de Educação analisa hoje projeto que proíbe a venda de bebida alcoólica durante eventos esportivos e determina aumento da oferta de transportes e de efetivo policial, entre outras medidas



Ivon Hernandez/Wikimedia

Proposta estabelece regras que devem ser seguidas por entidades que promovam ações esportivas e por associações de torcedores

Em pauta, repressão e combate à violência nos estádios esportivos

PROPOSTA QUE SUGERE medidas de prevenção e repressão à violência em competições esportivas deve abrir hoje a pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Inspirado na legislação italiana, o projeto (PLC 82/09) estabelece regras que devem ser seguidas por confederações, federações, clubes, associações desportivas e demais entidades que promovam ações esportivas e pelas associações de torcedores.

O texto proposto pelo deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) determina a fixação obrigatória de equipamentos e estruturas de segurança nos estádios e ginásios onde se realizam os eventos e proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas dentro desses recintos e em suas imediações. Além disso, prevê o aumento do efetivo policial para manutenção da ordem e, ainda, de meios de transporte nos dias de competição.

O relator na CE, Sérgio Zambiasi (PTB-RS), salienta que, passados seis anos desde a aprovação do Estatuto do Torcedor, impõe-se a necessidade de promover seu aperfeiçoamento.

Isso porque haveria problemas ainda sem solução adequada, como a incidência de violência nos estádios.

Na Câmara, o texto foi aprovado com alterações, que aglutinaram sugestões de outros 13 projetos. Depois do exame da CE, a proposta irá a Plenário para decisão final.

Na pauta de 21 matérias da comissão, está ainda projeto (PLS 2/08) de Cristovam Buarque (PDT-DF) que se destina a criar o Fundo Copa Amador, para dar apoio financeiro ao futebol não profissional do país. O relatório, do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), recomenda a aprovação do texto, a ser votado em decisão terminativa.

Pesquisa em educação

Ainda de Cristovam, será examinado, em segunda votação, o PLS 256/08, que propõe a criação de centros de pesquisa e desenvolvimento da educação nas instituições federais de educação superior.

O turno suplementar é necessário porque a matéria foi aprovada no formato de substitutivo, acolhido

antes pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

O relator na CE, Eduardo Azeredo, explicou que foi preciso converter o projeto em autorizativo, já que as universidades, nos termos da Constituição, desfrutam de total autonomia para decidir sobre questões como a que foi proposta.

Com voto favorável do relator, Sérgio Zambiasi, será examinado ainda o PLC 34/09, que substitui na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) a expressão “cooperativas de pais, alunos e professores”, na descrição das instituições de ensino comunitário, sem fins lucrativos, por “cooperativas educacionais”.

Escolas técnicas

A pauta inclui também proposições que se destinam a autorizar o Executivo a criar novas instituições de ensino federais em diferentes estados. Quatro são projetos de centros federais de educação tecnológica (Cefets) e quatro de escolas técnicas. As oito propostas serão examinadas em decisão terminativa.

Proposta visa neutralizar impacto ambiental da Copa 2014

As emissões de gases de efeito estufa decorrentes de atividades de preparação e realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 deverão ser neutralizadas por ações de compensação, como plantio de árvores, conservação de áreas florestadas ou utilização de fontes renováveis de energia. Projeto com esse objetivo deve ser analisado hoje pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

De autoria do senador Expedito Júnior (PR-RO), o projeto (PLS 46/08) determina que o cálculo das emissões seja feito pelo órgão governamental competente, de acordo com metodologia prevista na legislação ambiental. Deverão ser computadas, por exemplo, emissões de gás carbônico decorrentes do processo de construção e reforma de estádios, de implantação de infraestrutura nas cidades que sediarão os jogos e do transporte de atletas.

Ainda de acordo com a proposta, as medidas de compensação deverão ser

definidas em projeto a ser elaborado pelos responsáveis pela organização do evento, com aprovação de órgão governamental competente.

Na justificativa da matéria, Expedito Júnior argumenta que a medida sinalizará aos brasileiros “a importância do assunto, associando atitudes ambientalmente sustentáveis ao esporte nacional: o futebol”. No mesmo sentido, ainda conforme o senador, a medida mostrará ao mundo o compromisso do Brasil com o “esforço planetário de combate ao aquecimento global”.

Pornografia infantil

A CMA também examinará proposta de Magno Malta (PR-ES) para proibir que empresas de cartões de pagamento autorizem operações de crédito ou débito em conta bancária para participação em jogos de azar e aquisição ou aluguel de filmes, textos ou fotografias de pornografia infantil na internet.

De acordo com a matéria (PLS 121/08), o débito e a cobrança via

cartão desse tipo de despesa serão considerados cobrança indevida, ficando o emissor do cartão passível de punição legal.

Conforme explica Malta, o responsável pela oferta do produto será penalizado financeiramente com o bloqueio do pagamento pela transação efetuada, desestimulando assim a oferta de materiais que contenham pornografia infantil ou que promovam jogos de azar.

Direitos do consumidor

A CMA examinará ainda dois projetos de lei propondo a ampliação dos direitos de defesa do consumidor. O primeiro (PLS 248/03), de autoria do senador Augusto Botelho (PT-RR), torna nula qualquer cláusula que surpreenda o consumidor, depois da conclusão do contrato.

A segunda proposta (PLS 499/07), de Expedito Júnior (PR-RO), estabelece multa por descumprimento, por parte do fornecedor, da data fixada para entrega do produto ou serviço contratado pelo consumidor.



Queda na exportação de carne e outros problemas do setor serão discutidos na CRA

Comissão debate dificuldades enfrentadas pelos frigoríficos

A situação enfrentada pelos frigoríficos brasileiros, em decorrência da crise financeira mundial, será debatida hoje, em audiência pública a partir das 9h30, pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O requerimento para realização da reunião é do senador Romeu Tuma (PTB-SP).

Foram convidados para o debate Roberto Giannetti da Fonseca, presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne; Marcelo Furtado, diretor do Greenpeace no Brasil; os procuradores José Augusto Torres Potiguar e Geraldo Mendonça Rocha; além da senadora Kátia Abreu (DEM-TO), que falará como presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

O próprio governo reconhece que os frigoríficos encontram-se em sérias dificuldades, a começar pela existência de gargalos na área de exportação de carne,

especialmente para a União Europeia, problemas relacionados a questões sanitárias e queda do preço do produto.

Os frigoríficos enfrentam ainda as consequências da decisão das redes de supermercados Carrefour, Pão de Açúcar e Walmart de suspenderem a compra de carne de empresas suspeitas de receber gado criado em áreas desmatadas ilegalmente na Amazônia. A iniciativa foi tomada após recomendação do Ministério Público Federal no Pará.

Em nota, a CNA manifesta "perplexidade e preocupação", destacando que a medida poderá inviabilizar o setor. Já o Greenpeace, que elaborou estudo mostrando a pressão do gado sobre a Amazônia, acredita que a decisão das redes de supermercados fará com que os frigoríficos deixem de comprar carne de fazendas que desmatam a floresta.

Plenário comemora no dia 1º de julho os 15 anos do Plano Real

O Senado Federal vai comemorar os 15 anos do Plano Real, em sessão especial, no dia 1º de julho próximo. O requerimento foi apresentado pelo líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), por sugestão de Marisa Serrano (PSDB-MS) e com o apoio de vários outros parlamentares. A data escolhida refere-se ao dia 1º de julho de 1994, quando foi implantada a reforma monetária que extinguiu o cruzeiro real, a moeda então vigente, e instituiu a Unidade Real de Valor (URV), depois transformada na atual moeda brasileira.

O Plano Real foi implantado no governo Itamar Franco, quando Fernando Henrique Cardoso ocupava o Ministério da Fazenda. Em sua primeira fase, que durou de dezembro de 1993 a março de 1994, a equipe

econômica do governo dedicou-se a promover o ajuste fiscal. A segunda fase deu-se com a introdução da URV, quando todos os preços foram convertidos a unidades reais de valor, que teriam como referência US\$ 1, extinguindo-se a moeda então vigente, o cruzeiro real. O plano foi consolidado com a criação da nova moeda, o real, desvinculada da inércia inflacionária que marcava a anterior.

Na justificativa do requerimento, Arthur Virgílio destacou que as medidas adotadas conseguiram promover o controle da inflação e garantir a estabilidade econômica no Brasil.

"O Plano Real pôs fim ao ciclo da desvairada inflação que assolava o país, corroendo os salários e o poder aquisitivo, principalmente, da população mais pobre", argumentou.

Chefe do governo filipino deve discutir com autoridades brasileiras produção de biocombustíveis e programa de transferência de renda Bolsa Família

Presidente das Filipinas visita o Senado amanhã

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, recebe amanhã a visita da presidente da República das Filipinas, Gloria Macapagal Arroyo. Segunda mulher a governar aquele país, ela deve discutir em especial duas experiências brasileiras: a produção de biocombustível e o programa de transferência de renda Bolsa Família.

A embaixadora das Filipinas no Brasil, Teresita V. G. Barsana, disse que o Brasil é visto pelos filipinos como uma grande potência internacional e que interessa ao governo de seu país estreitar laços de amizade com os brasileiros. Ela assinalou que a visita é a oportunidade para a assinatura de acordos de cooperação em áreas como biocombustíveis,

agricultura e educação.

Gloria Arroyo desembarca na tarde de hoje no Recife, onde se encontrará com o governador Eduardo Campos. Amanhã, ela inaugura o novo pátio de armazenagem de contêineres do Tecon Suape, investimento de US\$ 10 milhões feito pela empresa filipina International Container Terminal Services Inc., que ganhou contrato para administrar o porto.

Ainda amanhã, Gloria Arroyo se encontra com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando deverá informar-se sobre o programa do álcool combustível, iniciado em 1970, e sobre o Bolsa Família, que impressiona o governo filipino por ter, nos últimos cinco

anos, ajudado 12 milhões de brasileiros a saírem da pobreza.

Na entrevista, a embaixadora disse que as Filipinas iniciaram um programa semelhante, mas numa escala bem menor, em razão de aquele país não dispor de tantos recursos. Até agora, 379 mil famílias pobres foram contempladas pelo programa filipino.

Esta não é a primeira visita de Gloria Arroyo ao Brasil. Ela esteve aqui em 1966 com seu pai, o ex-presidente Diosdado Macapagal, que já havia vindo ao país como vice-presidente, por ocasião da inauguração de Brasília, em 1960. Antes de chegar à Presidência, Gloria Arroyo exerceu os cargos de senadora e de vice-presidente das Filipinas.

Benefício para quem tem a guarda de deficiente

Para ampliar a rede de proteção social das pessoas com deficiência, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve analisar amanhã proposta da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) que aumenta, de cinco para sete meses, a vigência máxima do seguro-desemprego de trabalhadores que tiverem sob sua guarda ou responsabilidade pessoa incapaz ou portadora de deficiência permanente.

Pelo PLS 668/07, a ampliação poderá vigorar de forma contínua ou parcelada, a cada período aquisitivo, contados da data da dispensa que originou a primeira habilitação. A propos-



Projeto de Marisa amplia seguro-desemprego para sete meses

ta tramita na CAS, em decisão terminativa, seguindo para o exame da Câmara de Deputados após sua aprovação, se não houver recurso por parte de um décimo do número dos senadores (nove), no prazo máximo de

cinco dias úteis.

A Comissão de Assuntos Sociais também examinará na reunião, em turno suplementar, dois projetos aprovados na forma de substitutivo: o que permite a aposentadoria integral por invalidez, no caso de hepatopatia grave, e o que exige que leilões eletrônicos, feitos pela internet, sejam realizados por

leiloeiro juramentado.

Da pauta da CAS constam ainda cinco requerimentos para a realização de audiência pública ou aditamento de participação de convidados em audiências já aprovadas.

CDH discute conflitos causados por barragens

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) vai debater amanhã, às 9h, os conflitos decorrentes da construção da hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, entre as populações atingidas e os órgãos do governo encarregados de gerenciar a política energética, ambiental e fundiária.

Construída entre 1976 e 1984, quando foi inaugurada, a hidre-

létrica é a principal geradora de energia do eixo Norte-Nordeste e a segunda maior hidrelétrica do país, atrás apenas da binacional Itaipu, no Paraná.

Para discutir o assunto, foram convidados o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão; o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart; e o presidente da Centrais Elétricas do

Norte do Brasil S. A. (Eletronorte), Jorge Nassar Palmeira.

Participarão ainda da audiência o representante da Colônia de Pescadores Z32 de Tucuruí, Oneido Monteiro de Carvalho; o representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tucuruí, Antonio Wilson Alves de Moura; e o representante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Rogério Hohn.

Equipamento para segurança institucional poderá ficar isento de IPI

A proposta que amplia a lista de produtos isentos de IPI e estende a isenção do tributo a equipamentos adquiridos por casas e gabinetes militares responsáveis pela segurança dos chefes dos Poderes executivos federal, estaduais e do Distrito Federal será examinada nesta quinta-feira, às 10h, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Conforme o autor do projeto (PLS 463/08), senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), a ideia é

aparelhar esses órgãos para que possam realizar com eficiência a segurança institucional dos chefes dos executivos.

O relator da matéria na CRE, senador João Tenório (PSDB-AL), alega, em defesa da aprovação, que o aumento da violência no país tem se estendido aos órgãos de cúpula da administração pública, como assaltos e ataques a quartéis e delegacias de polícia.

Também está na pauta da comissão, para decisão termi-

nativa, projeto (PLS 516/07) do senador Expedito Júnior (PR-RO) que obriga a União a trasladar corpo de brasileiro falecido no exterior quando sua família não tenha condições financeiras de arcar com as despesas.

Outra proposição (PLC 107/06) a ser examinada pelo colegiado visa definir os integrantes do conselho deliberativo do Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas.



Texto em exame na Comissão de Relações Exteriores inclui gabinetes militares